



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Palmas/TO

O SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO TOCANTINS-SIMED/TO, entidade sindical legalmente constituída, inscrita no CNPJ sob o nº 24.851.578/0001-10, sediado na Quadra 201 Sul, Conj.02, Lote 2B, nesta Capital, representado pela sua Presidente, Dr^a **Janice Painkow**, brasileira, casada, médica, portadora do CRM nº 150, residente e domiciliada nesta cidade, neste ato agindo em favor dos interesses dos seus inclusos associados, segundo consta da anexada declaração de filiação, vem, por intermédio do seu patrono adiante assinado (*mandato incluso*), propor

AÇÃO ORDINÁRIA

em face do **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público, representado pela Procuradoria Geral do Estado, com endereço na Praça dos Girassóis, nesta Capital, pelos seguintes fatos e fundamentos:

1. DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

O Sindicato dos Médicos no Estado do Tocantins – **SIMED/TO**, segundo consta do seu incluso Estatuto Social, é uma entidade legalmente constituída há 22 (vinte e dois) anos e, por isso, possui prerrogativa constitucional prevista no art. 8º, III, da Carta Maior para representar seus filiados na presente demanda coletiva.



O Supremo Tribunal Federal, no RE 210029, proferiu o seguinte entendimento acerca da matéria:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. SINDICATO. ART. 80, 111 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEGITIMIDADE. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DEFESA DE DIREITOS E INTERESSES COLETIVOS OU INDIVIDUAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O artigo 80, 111 da Constituição Federal estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam. Essa legitimidade extraordinária é ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores. Por se tratar de típica hipótese de substituição processual, é desnecessária qualquer autorização dos substituídos. Recurso conhecido e provido.

Com efeito, segundo se infere do contido no art. 3º do Estatuto do **SIMED/TO**, em anexo, mencionado Sindicato não precisa de autorização expressa e específica para representar filiado seu na defesa de seus interesses em Juízo relativamente à sua atividade médico-funcional.

A propósito:

Art. 3º - São prerrogativas e deveres do SIMED-TO:

- a) representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais de sua categoria e os interesses individuais de seus associados;
- b) defender os interesses individuais, coletivos e difusos da categoria podendo, para tanto, suscitar Dissídio Coletivo de Trabalho, impetrar Mandado de Segurança Coletivo, ajuizar Ação Civil Pública, bem como propor, no interesse da categoria, quaisquer outras ações ou medidas judiciais previstas em lei, independentemente de expressa autorização;

Nota-se, portanto, que o próprio Estatuto Social da Entidade autoriza-a também representar seu filiado para a defesa de seus interesses individuais, em especial se a lesão atinge certo grupo de associados.



A jurisprudência caminha no sentido da desnecessidade da autorização expressa para representação em Juízo. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. ATUAÇÃO DO SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. FASE DE CONHECIMENTO. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

1. A atuação dos sindicatos na fase de conhecimento, liquidação e execução de sentença, proferida em ações versando direitos individuais homogêneos, se dá na qualidade de substituto processual, **sem necessidade de prévia autorização dos trabalhadores**.

2. A Corte Especial no julgamento dos Embargos de Divergência EREsp 760840/RS, acolhendo o entendimento emanado do Egrégio Supremo Tribunal Federal, assentou que:

"Processual civil. Embargos de divergência em recurso especial. Dissonância entre entendimentos recentemente manifestados no âmbito da Corte Especial. Legitimidade do sindicato para atuar em juízo na defesa de direitos individuais homogêneos. Reconhecimento, pelo STF, da atuação do sindicato como substituto processual dos trabalhadores, tanto durante o processo de conhecimento, como na fase de liquidação ou cumprimento de sentença. Acolhimento de tal entendimento também no âmbito do STJ.

- A jurisprudência da Corte Especial do STJ tem se apresentado inconstante quanto à qualificação jurídica da atuação do sindicato na fase de cumprimento de sentença proferida em ação coletiva. Há precedentes, tanto no sentido de considerar que nessas hipóteses o sindicato atua como substituto processual dos trabalhadores (EREsp 1.082.891/RN; AgRg no EREsp 1.077.723/RS), como no sentido de qualificar tal atuação como mera representação (EREsp 847.319/RS; EREsp 901.627/RS).

- O STF firmou seu entendimento no sentido de que, tanto na fase de conhecimento, como na de liquidação ou de

cumprimento da sentença proferida **em ações em que se discutam direitos individuais homogêneos, a atuação do sindicato se dá na qualidade de substituto processual, sem necessidade de prévia autorização** dos trabalhadores (RE 193.503/SP; RE 193.579/SP; RE 208.983/SC; RE 210.029/RS; RE 211.874/RS; RE 213.111/SP - Informativo de Jurisprudência/STF nº 431). Em que pesem os robustos argumentos de ordem técnico processual manifestado pelos Ministros que proferiram voto-vencido naquela oportunidade, **prevaleceu a idéia de máxima ampliação da garantia constitucional à defesa coletiva dos direitos e interesses dos trabalhadores em juízo.**

(STJ, AgRg nos EREsp 747702 / PR, Min. Rel. LUIZ FUX, DJe 08/04/2011).

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE ATIVA EXTRAORDINÁRIA DE SINDICATO PARA PROMOVER EXECUÇÃO DE AÇÃO COLETIVA. ATUAÇÃO NA DEFESA DOS INTERESSES DOS FILIADOS. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO. EMBARGOS PROVIDOS.

1. **Prevalece nesta Corte e no Pretório Excelso o entendimento de que os Sindicatos detêm ampla legitimidade extraordinária na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive em liquidação e execução de sentença, tratando-se de substituição, e não de representação processual, sendo, por esse motivo, desnecessária qualquer autorização dos substituídos.** Precedentes: EREsp. 941.108/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJe 08.02.2010; AgRg no REsp. 1.120.136/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 26.04.2010; AgRg no REsp. 738.042/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 09.11.2009; EREsp. 1.082.891/RN, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJe 21.05.2009.

(STJ, EREsp 847034 / RS, Min. Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 03/09/2010). (Sem grifos no original). (Sem grifos no original).



Por outro lado, **vê-se que o direito dos Médicos defendidos por seu Sindicato qualifica-se como direito individual homogêneo**, à luz do previsto no art. 81, III, do Código de Defesa do Consumidor, na seguinte redação:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

.....

III - **interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.**
(Grifado).

Humberto Dalla Bernardina de Pinho¹, em seu artigo “DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO (*uma leitura e releitura do tema*)”, sobre o conceito de direito individual homogêneo, afirma que:

Contudo, é de se lembrar que o direito individual homogêneo é, por natureza, individual, e na maioria dos casos patrimonial.

Na sua gênese, enquanto observado a partir do fato que o originou, sob o referencial de seu sujeito ativo, não há que se falar em direito coletivo.

Esta afirmação só passa a se justificar num segundo momento, quando se constata que **o direito daquele indivíduo é semelhante ao de vários outros, sendo certo ainda que todos têm uma origem comum,**

¹ Texto extraído do *site*: www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto243.rtf, nesta data.



entendida esta como a circunstância apta a estabelecer o ponto de contato entre os indivíduos que integram aquele grupamento social.

(...).

Nessa linha de raciocínio, chega-se à conclusão de que em sede de direitos individuais homogêneos existe uma questão coletiva comum a todos os membros da classe e que se sobrepõe a eventuais questões individuais. (Grifos propositais).

Ada Pellegrini Grinover, em sua obra conjunta com outros autores, denominada Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, 7ª edição, Forense, p. 745, ensina que:

Começemos pela origem comum. A origem comum pode ser de fato ou de direito, e a expressão não significa, necessariamente, uma unidade factual e temporal. As vítimas de uma publicidade enganosa veiculada por vários órgãos de imprensa e em repetidos dias de um produto nocivo à saúde adquirido por vários consumidores num largo espaço de tempo e em várias regiões têm, como causa de seus danos, fatos de uma homogeneidade tal que os tornam a “origem comum” de todos eles.

Assim sendo, resta patente a legitimidade extraordinária do Autor para a defesa de direito individual dos seus filiados em razão de expressa autorização em seu próprio Estatuto Social, a fim de evitar eventual retaliação a cargo da entidade empregadora do servidor médico. Essa é a função do sindicato: proteção de seu associado na busca da garantia de seus interesses.

Assim, com vistas à promoção da defesa dos interesses dos médicos associados, é que o Autor, substituindo-os, busca promover a presente demanda.



2. DOS FATOS

Os substituídos são servidores públicos estaduais, efetivos e concursados, **ocupantes de cargos efetivos de médico junto ao Demandado**. Dentre os substituídos, há aqueles que possuem carga horária de 90 (noventa), 180 (cento e oitenta) e 270 (duzentos e setenta) horas mensais, no interesse da administração e do funcionamento contínuo dos serviços de saúde pública.

Em razão da necessidade do serviço, que deve funcionar de forma ininterrupta, a carga horária dos médicos substituídos é convertida em plantões de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) horas, nos termos da Portaria 937/2012:

| MÉDICOS | |
|----------------------|---|
| TABELA I | |
| Carga horária mensal | Quantidade de plantões mensais de 24 (vinte e quatro) horas |
| 90h | 03 (três) plantões de 24h |
| 180h | 06 (seis) plantões de 24h |
| 270h | 09 (nove) plantões de 24h |

Também em razão do regime diferenciado de trabalho, bem como por conveniência da administração (que não precisa prover alimentação e repouso), alguns médicos cumprem sua jornada em regime de plantão de sobreaviso. Embora não haja legislação em vigor regulamentando tal situação, esta sempre vigorou, sob a chancela da administração pública estadual.

O plantão de sobreaviso funciona da seguinte maneira, o médico escalado permanece em sua residência aguardando o chamado, se convocado, deverá comparecer no prazo máximo de 20 (vinte) minutos. Diferentemente do que ocorre em outras categorias, no regime adotado pela administração pública local, caso convocado, o médico não fará jus ao pagamento das horas em que estiver laborando na unidade de saúde, nem às horas sobressalentes ao seu



plantão; por exemplo, se estava de plantão das 07hs da manhã de um dia até as 07hs da manhã do outro dia e foi convocado às 06:30, ou seja, meia hora antes de findar o seu expediente, para realizar procedimento cirúrgico e lá permanecer até às 10hs da manhã, não receberá essas três horas extraordinárias.

Destarte, infere-se sem maior esforço intelectual, que o plantão de sobreaviso constitui, de fato, jornada de trabalho, eis que não é lícito ao médico se ausentar da cidade ou mesmo se deslocar para qualquer lugar que esteja há mais de 20 (vinte) minutos de distância do hospital onde está lotado. Ainda, deverá estar em plenas condições físicas e psicológicas de realizar atendimento médico, procedimentos, cirurgias, entre outros. Ademais, não poderá assumir outro encargo durante o período em que estiver escalado para plantão de sobreaviso, por exemplo, não pode estar escalado em dois hospitais, mesmo que ambos plantões sejam à distância.

Pois bem. Essa prática, embora não efetivamente regulamentada se protraiu no tempo e diversas especialidades médicas, as quais não estão obrigadas por lei a permanecer 24 (vinte e quatro) horas no hospital, vem realizando regularmente plantões de sobreaviso. A prática é adotada em todos os Estado, como dito, a depender da conveniência da administração, normalmente nas seguintes especialidades: cardiologia, dermatologia, urologia, neurocirurgia, cirurgia, entre outras.

Ocorre Excelência que desde o final do ano passado “desenterraram” a Resolução CIB 288/2013. Esta famigerada normativa, oriunda da Comissão Intergestores Bipartite, estabelece que o plantão de sobreaviso deve ser compensado da forma 2 (dois) para 1 (um), ou seja, o médico deve ser escalado para dois plantões de sobreaviso, para cada um que deveria ser cumprido, de acordo com a sua carga horária.

Para melhor elucidar, a título exemplificativo, se nos termos da Portaria 937/2012 o médico com 270hs mensais deve cumprir 9 (nove) plantões de 24 (vinte e quatro) horas, em regime de sobreaviso, deverá realizar 18 (dezoito) plantões para que cumpra integralmente a sua carga horária.



Sem mencionar a flagrante inconstitucionalidade formal e material que macula a Resolução em questão, que é discutida adiante, tal ato normativo é não só imoral, como atentatório a dignidade da pessoa humana, eis que obriga o trabalhador a dobrar a sua jornada de trabalho, sem observar os períodos obrigatórios de repouso, sem se importar com sua higidez física e mental, sem preservar seus momentos de descanso e lazer! É engano supor que por estar de sobreaviso o médico está em casa repousando tranquilamente, enquanto este permanece em alerta, de prontidão, sem poder se dedicar a momentos de lazer com sua família!!

Ademais, a Resolução está sendo aplicada em apenas alguns locais e de maneira distorcida, ferindo, ainda, o princípio da isonomia. Por exemplo, em Araguaína, Hospital Regional, os médicos especialistas que realizam plantões de sobreaviso, não estão sendo obrigados a realizar o dobro de plantões, entretanto, no sistema consta como se estivesse “devendo” horas para a administração, como se não estivessem cumprindo integralmente a sua carga horária. Destarte, estão sendo apontados pelos outros profissionais da saúde, bem como sendo vítimas de auditorias do SUS e outros órgãos de fiscalização, causando transtornos e constrangimentos de toda sorte.

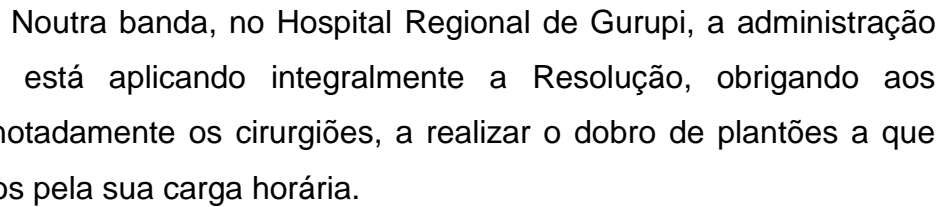
Busca Servidor

Referência Setembro/2016

CAIO AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL

| | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| Matrícula: 2718372 - Vínculo Ativo | Carga Horária Geral | Contratado: 270h |
| Nome: CAIO AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL | | Equivalente: 216h |
| CPF: 200.790.188-90 | | • Carga Horária escalada: 261h |
| Lotação: HOSPITAL DE REFERENCIA DE ARAGUAINA | | ◦ Plantão presencial: 0h |
| 270h / Data Lotação: 21/03/2005 | | ◦ Hora Avulsa: 225h |
| Carga Horária Acima da Contratada! | | ◦ Sobreaviso: 36h (72h) |
| Registro Conselho: 1254 | | • Extras: 0h |
| Cargo Efetivo: MÉDICO | | ◦ Extra presencial: 0h |
| Cargo Comissionado: - | | ◦ Extra Sobreaviso: 0h |
| | | • Acumulado |
| | | ◦ Total: 261h |

Horário Na Escala S*HR Sobreaviso Na Escala E*HR E*HR Plantão Extra F*HR Folga FT*HR Falta

H8FG-011 2022 RH - ESCALA MENOR

Hospital Regional de Gurupi, Rua JK, 1543 - Centro
Cep: 72403-110 - Gurupi/TO Tel. 3245-0200

Na escala acima, acostada aos presentes autos, é possível constatar-se a ilegalidade: O Médico Marcos Caserta Farias, possui carga horária semanal de 40hs, o que equivale a 180hs mensais, nos termos da citada Portaria 937/2012, segundo a qual deveria cumprir, para suprir a sua jornada de trabalho, 6 (seis) plantões de 24 (vinte e quatro) horas. Entretanto, como se infere da escala acima, este foi escalado para 5 (cinco) plantões presenciais e mais 10 (dez) de sobreaviso. Ressalte-se ainda, que os plantões são seguidos, ou seja, nos dias 10,11 e 12 do mês corrente, o médico em questão permaneceu



72 (setenta e duas) horas de plantão! Como acima, mencionado, não pode inferir-se que por estar de sobreaviso o médico está repousando, ou mesmo se dedicando a outras atividades! É mais estarrecedor ainda, o caso do médico Reuler de Souza Nunes, o qual está praticamente todos os dias do mês escalado para plantão de 24 (vinte e quatro) horas! Tal conduta é uma afronta aos direitos do trabalhador constitucionalmente garantidos, extensivos por expressa previsão legal aos servidores efetivos!

Importante mencionar que esta entidade sindical desde o ano de 2016, vem reiteradamente tentando solucionar junto a administração pública estadual este impasse. Foram realizadas diversas reuniões em Araguaína, Gurupi e Palmas sobre o tema, e encaminhados expedientes ao Secretário de Saúde e aos Diretores dos Hospitais, entretanto, sem sucesso, eis que a medida foi de fato implementada. Não obstante, pelas razões a seguir articuladas, é imperiosa a atuação do Poder Judiciário a fim de garantir aos substituídos os seus direitos.

3. MÉRITO

3.1 Inconstitucionalidade formal da Resolução CIB 288/2013

Como bem delineado no tópico acima, a Resolução CIB 288/2013, foi editada com vistas a regulamentar o plantão de sobreaviso em âmbito estadual, dispondo que haverá compensação do plantão de sobreaviso na proporção de 2 para 1, ou seja, 01 plantão de sobreaviso equivale à cobertura de 02 (dois) dias na escala.

Para demonstrar a inconstitucionalidade formal da normativa em questão, necessário realizar-se uma digressão a respeito da origem da CIB e de seu objetivo.

CIB significa Comissão Intergestores Bipartite e foi criada pela Portaria nº 545/1993 do Ministério da Saúde, a qual estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das



ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica do SUS 01/93.

A CIB foi idealizada para, em âmbito estadual, gerenciamento do processo de descentralização do SUS, com planejamento integrado em cada esfera de governo. Vejamos o que dispõe o tem 2.211. da portaria citada:

“2.2.1 Comissão intergestores Bipartite – integrada paritariamente por dirigentes da Secretaria Estadual de Saúde e do órgão de representação dos Secretários Municipais de Saúde do Estado, deverá ser criada e formalizada através de portaria do Secretário estadual de saúde, sendo a instância privoegião de negociação e decisão quanto aos aspectos operacionais do SUS.”

Pelo texto acima, bem como pela leitura atenta da Portaria, observa-se que as atribuições da CIB são com reação à aspectos operacionais, como por exemplo, com relação ao financiamento do SUS, Sistemas de Informações Ambulatoriais - SAI/SUS, programação física e orçamentária das atividades ambulatoriais, entre outras. Vejamos por exemplo a atribuição prevista no item 3.3.4:

“3.3.4 A Comissão Bipartite em cada estado, definirá os quantitativos de AIH e o funcionamento de uma Câmara de Compensação que viabilize a necessária circulação de AIH entre os municípios, mantida gestão da Secretaria Estadual de Saúde”.

Destarte, fica claro que não compete à CIB estabelecer jornada de trabalho diferenciada à servidores públicos estaduais, ainda, que da área da saúde. A sua atuação se limita à aspectos operacionais dos SUS!

A CIB foi criada no Estado do Tocantins pela Portaria 931/97 e possui um Regimento Interno (anexo). Nesse regimento constam todas as atribuições da CIB, e dentre eles, também não se está nenhuma previsão para regulamentação de jornada de trabalho, senão vejamos:

*“Art. 3º - São finalidades da Comissão Intergestores Bipartite:
I – Avaliar e orientar todos os aspectos operacionais do processo de descentralização no âmbito do Estado do Tocantins.*

II – Acompanhar permanentemente e avaliar o processo de financiamento das ações de saúde no âmbito do Estado do Tocantins.



SIMED·TO
SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

III – Avaliar e orientar o relacionamento dos municípios com o Estado e o Governo Federal, no que diz respeito à gestão do SUS, de acordo com a legislação em vigor.

IV – Encaminhar propostas ao Conselho Estadual de Saúde, objetivando a reformulação de estratégias para a agilização e melhoria do programa de descentralização no Estado, assim como de outros assuntos pertinentes ao setor saúde.

V – Propor modificações na sistemática de descentralização à Comissão Intergestores Tripartite, visando o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.”

(..)

Art. 6º - É competência da Comissão Intergestores Bipartite:

I – Cumprir e Operacionalizar as deliberações dos CES-TO no âmbito de sua ação;

II – Cumprir e fazer cumprir as deliberações técnicas e administrativas orientadas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT);

III – Dar parecer e decidir sobre assuntos de natureza técnica - administrativa que tenham sido demandados pelos níveis Federal, Estadual e Municipal.

IV – Coordenar e avaliar a execução de atividades e serviços necessários e imprescindíveis à consecução do processo de descentralização, de acordo com as normas vigentes.

V - Apreçar, de acordo com os fluxos estabelecidos, a documentação, fornecida pelo estado e pelos municípios quanto ao enquadramento e permanência na condição de participante do processo de descentralização e de gestão;

VI – Solicitar, quando houver necessidade para o desenvolvimento de atividades especiais, a representação de autoridades competentes;

VII – Sugerir a realização de atos administrativos específicos, respeitados os limites de sua área de competência;

VIII – Pactuar e propor à Secretaria de Estado da Saúde, programas de capacitação para os municípios considerados sem condições técnicas e materiais para enquadramento em qualquer das condições de operacionalização e gestão do SUS.

(..)

Art. 7º - São atribuições da Comissão Intergestores Bipartite:

I – Apreçar e aprovar os pleitos de habilitação do Estado e dos Municípios que se enquadrarem nas condições de gestão, conforme normas vigentes.

II - Apreçar e Avaliar os pactos de habilitação modificando-os quando necessário e conforme as normas vigentes.

III – Analisar, negociar e aprovar a Programação Pactuada Integrada – PPI, observando as normas, critérios e parâmetros definidos pela CIB, baseada em proposta encaminhada pelo nível estadual e municipal.

IV - Analisar e avaliar proposta dos municípios que manifestem interesse em gerenciar serviços de unidades ambulatoriais e hospitalares públicas federais e estaduais.

V - Adequar os critérios e parâmetros para o componente estadual do Sistema Nacional de Informações em Saúde e Auditoria.

VI – Viabilizar a implantação e implementação de Câmaras de Compensação Intermunicipal acompanhando seu funcionamento e evolução. VII- Aprovar programação referente a ações especiais de saúde tanto no âmbito estadual como municipal.

VIII- Apresentar ao Conselho Estadual de Saúde relatórios sobre o processo de descentralização e gestão do SUS, para análise e avaliação cuja intensificação será estabelecida pelo próprio Conselho.”

Como se infere, a finalidade, a competência e as atribuições da CIB se relacionam com a operacionalização da descentralização do SUS, não tendo esta competência para normatizar jornada de trabalho diferenciada de servidor público, ainda que este servidor esteja lotado na Secretaria de Saúde do Estado.

E não poderia ser diferente, uma vez que a regulamentação de tal é de competência do Governador do Estado. Nesse sentido é a previsão da Constituição do Estado do Tocantins:

“Art. 27. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Procurador-Geral de Justiça, aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

I - fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos;

*c) **servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a reserva;***



Com efeito, o regime jurídico é o instrumento legal no qual são definidos direitos, deveres, garantias, proibições e penalidades. Ou seja, regula o relacionamento entre a administração pública e seu servidor, estabelecendo entre outros, a jornada de trabalho. É cediço que pode haver jornada de trabalho diferenciada, que atenda as peculiaridades de cada serviço, como no caso, o serviço de saúde que é ininterrupto. Entretanto, deve ser regulamentada por meio legal adequado, e observando-se a iniciativa privativa do Governador, como determinado na Constituição Estadual.

Nesse diapasão, o STF já decidiu na ADI 1895, que a competência para legislar sobre jornada de trabalho é privativa do Chefe do Executivo, exatamente por inserir-se no conceito de Regime Jurídico Único:

Ementa: I. Ação direta de inconstitucionalidade: Lei Complementar Estadual 170/98, do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino; art. 26, inciso III; artigo 27, seus incisos e parágrafos; e parágrafo único do artigo 85; inconstitucionalidade declarada.

II. Prejuízo, quanto ao art. 88 da lei impugnada, que teve exaurida a sua eficácia com a publicação da Lei Complementar Estadual 351, de 25 de abril de 2006.

III. **Processo legislativo: normas de lei de iniciativa parlamentar que cuidam de jornada de trabalho, distribuição de carga horária, lotação de profissionais da educação e uso dos espaços físicos e recursos humanos e materiais do Estado e de seus municípios na organização do sistema de ensino; reserva de iniciativa ao Poder Executivo dos projetos de leis que disponham sobre o regime jurídico dos servidores públicos, provimento de cargos e estabilidade e aposentadoria** (art. 61, II, §1º, c). STF. ADI 1.895-1, Relator: Min. Sepúlveda Pertence. Julgado em 02/08/2007).

Pedimos venia para transcrever o parecer do Procurador Geral no processo em epígrafe, eis que de clareza solar:

“10. Inicialmente, cumpre consignar que a reserva de iniciativa legislativa, por constituir norma básica do modelo positivo da separação dos poderes, integra princípio de observância obrigatória pelos Estados-membros, nos termos do art. 25 da Lei Maior.

11. O §1º do art. 61 da Constituição Federal estabelece a matéria legislativa a ser reservada à iniciativa privativa do

Presidente da República, citando, entre outras, lei que disponha sobre 'servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentaria' (inciso II, 'c').

12. O cerne da questão analisada nestes autos reside exatamente, em verificar se o conteúdo dos dispositivos da Lei Complementar nº 170/88, de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, diz, ou não, respeito a regime jurídico de servidor público.

13. Ao discorrer especificamente sobre a abrangência conceitual da expressão 'regime jurídico dos servidores públicos', nos autos da ADI nº 766 – como bem destaca a Advocacia-Geral da União (fls. 703-704) - , o Ministro Celso de Mello afirma que se trata de noção que compreende, entre outros, os direitos e vantagens de ordem pecuniária, o horário de trabalho, o ponto e os regimes especiais de trabalho.

14. A simples leitura dos dispositivos impugnados – que tratam de jornada de trabalho, distribuição de carga horária, lotação dos profissionais da educação e uso dos espaços físicos e recursos humanos e materiais do Estado e de seus municípios na organização do sistema de ensino – conduz à conclusão de que veiculam regras próprias do regime jurídico dos servidores públicos, cujo processo legislativo somente poderia ter sido deflagrado por iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

15. Revelam-se, portanto, formalmente inconstitucionais o inciso III do art. 26, o §2º do art. 27 e o parágrafo único do artigo 85 da Lei Complementar em questão, dada a inobservância, pelo legislador estadual, da norma de reserva de iniciativa prevista no art. 61, §1º, inciso II, 'c'; do princípio da separação dos poderes, inscrito o art. 2º; e da regra do art. 25, todos da Constituição Federal."

Destarte, resta incontestado a inconstitucionalidade formal da Resolução CIB 288/2013, pois a Comissão Intergestores Bipartite não tem atribuições para regulamentar jornada de trabalho de servidor e, inserindo-se esta no conceito de regime jurídico, a competência para legislar sobre a matéria é privativa do Chefe do Executivo Estadual.

3.2 Inconstitucionalidade material da Resolução CIB

288/2013



Além de padecer de inconstitucionalidade formal, a Resolução em epígrafe está maculada por vício material de inconstitucionalidade eis que afronta direitos e princípios insculpidos na Magna Carta.

Com efeito, a exigência de cumprimento de dois plantões de sobreaviso cada um plantão devido, nos termos da Portaria 937/2012, viola a garantia constitucional de irredutibilidade de subsídios, eis que para o mesmo vencimento, o médico deverá cumprir o dobro da carga horária.

Constata-se que os servidores, para manter o mesmo padrão de vencimentos que auferiam até o presente momento, devem dobrar a duração de sua jornada de trabalho. É cediço, que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico, no entanto, qualquer alteração deve respeitar os princípios constitucionais, dentre eles o da irredutibilidade dos subsídios.

A Suprema Corte já decidiu que viola o princípio da irredutibilidade de vencimentos, a lei que, aumentando a jornada de trabalho, não prevê a contraprestação devida:

“As premissas constantes do acórdão impugnado revelam que edital de concurso público veiculou carga de trinta horas semanais. Mediante lei posterior teria ocorrido a majoração da jornada semanal para quarenta horas sem a indispensável contraprestação.

O Juízo julgou procedente o pedido formulado na ação, vindo a sentença a ser reformada por maioria de votos, vencido o relator. Está configurada, na espécie, a violação do princípio da irredutibilidade dos vencimentos.

Ao aumento da carga de trabalho não se seguiu a indispensável contraprestação, alcançando o Poder Público vantagem indevida. Daí o acerto da concessão da segurança em anular o decreto municipal.

Conheço e provejo este extraordinário, restabelecendo o entendimento sufragado na sentença do Juízo.” (STF; RE nº 255.792, Primeira Turma, Rel. Marco Aurélio, DJ 26/06/2009)

De tal sorte, não pode também a administração pública manter o mesmo vencimento e dobrar a jornada de trabalho do médico porque esta é prestada em regime de sobreaviso, mormente quando tal prática é adotada



segundo a conveniência da administração pública, a qual não tem demanda para manter o profissional 24 (vinte e quatro) horas dentro do Hospital, não possui espaço físico adequado para repouso e está, nesse caso, dispensada de fornecer alimentação.

Importante ressaltar que o plantão de sobreaviso é considerado para todos os efeitos jornada efetiva de trabalho. Nesse sentido, o médico, enquanto de sobreaviso, deve ficar à disposição do gestor, devendo deslocar-se até o hospital, quando acionado, para atender casos de emergência, realizar cirurgias, procedimentos diagnósticos, internações, entre outros.

Assim, o médico em jornada de sobreaviso não pode deslocar-se para local distante ou manter-se incomunicável, não pode assumir outro plantão presencial ou de sobreaviso, dentre inúmeras outras restrições. Destarte, o fato de não estar no Hospital de corpo presente, não significa que esteja gozando de intervalos de descanso e lazer, pelo contrário, estará sempre de prontidão, apto física e psiquicamente para responder ao chamado.

No processo Consulta CFM 137/2003 o Conselho Federal de Medicina deixa claro que o plantão de sobreaviso é computado como jornada normal de trabalho, senão vejamos:

“DO PERÍODO DE SOBREAVISO COMO JORNADA EFETIVA DE TRABALHO

Não há como questionar o fato de que, enquanto o profissional estiver de sobreaviso para qualquer eventualidade, este tempo não seja computado como efetiva jornada de trabalho.

O médico escalado para o sobreaviso não pode se ausentar da cidade, ou das proximidades do hospital. Deve estar em condições de responder um chamado com rapidez, e para tanto deve levar em consideração as condições de trânsito e distância. É obrigatório, também, que esteja alcançável por



telefone ou outro meio de comunicação. São inaceitáveis as desculpas de que “não foi encontrado”.

Além da ausência de privacidade, o que caracteriza o fato de o profissional permanecer em serviço, mesmo a distância, é a existência do vínculo estabelecido com a instituição que o contratou. Se tanta responsabilidade é exigida ao profissional, é obrigação da contratante o devido pagamento pelo sobreaviso, e aí se incluem tanto as horas efetivamente trabalhadas como as horas de expectativa.

*No caso em apreciação, estamos tratando de servidores estaduais, com vínculo efetivo de trabalho. Portanto, a regra é a mesma. **Não se pode deixar de remunerar integralmente o tempo que o profissional está à disposição da instituição contratante, seja ela pública ou privada.***

Além disso, considerando que a Carta Magna assegura jornada máxima semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, no caso concreto, os servidores terão que cumprir jornada mensal superior ao limite constitucional para manter seus vencimentos.

Nesse espeque, mister se faz a declaração incidental da inconstitucionalidade da Resolução CIB 288/2013, pelas razões acima invocadas, a fim de retornar-se ao *status quo ante*, anulando-se o ato administrativo que fixa carga horária “dobrada” para os médicos substituídos, materializado pelas escalas de trabalho anexas a essa petição.

Deve ainda, ser determinado que a conversão da carga horária em plantões observe os ditames da Resolução 937/2012, independentemente da forma de trabalho, se plantões presenciais ou de sobreaviso.

Por fim, requer ainda, sejam reparados os prejuízos materiais suportados pelos médicos em questão, remunerando-se as horas extraordinárias trabalhadas, quando aplicada a Resolução inconstitucional.



4. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA

Nos termos do artigo 300 do NCP, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou resultado útil ao processo.

In caso, presentes estão os requisitos ensejadores da concessão de tutela de urgência antecipada. O *fumus boni iuris* consubstancia-se na argumentação fático-jurídica acima delineada, no sentido da inconstitucionalidade da normativa utilizada para fundamentar o ato administrativo de “dobrar” a carga horária dos médicos que realizam plantões de sobreaviso.

Com efeito, a medida fere dispositivos constitucionais, eis que reduz indiretamente os subsídios dos médicos substituídos, os quais são obrigados a realizar o dobro de plantões para manter a sua remuneração. Além disso, extrapola a jornada máxima de trabalho firmada na CF/88 de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

De outra sorte, a medida representa, ainda, grave dano aos servidores médicos atingidos, eis que são compelidos - sem levar em conta a dignidade da pessoa humana, as condições de higidez física e mental dos substituídos, bem como seu direito ao lazer e descanso – realizar o dobro da sua carga horária, muitas vezes trabalhando 36 (trinta e seis horas) seguidas!

Outrossim, com relação àqueles que não foram obrigados a realizar o dobro da carga horária, ainda assim, evidenciam-se danos de natureza moral, eis que são acusados de não cumprir sua carga horária, sendo vítimas de auditorias e fiscalizações, bem como de matérias jornalísticas, sendo submetidos ao escárnio da população, como se bandidos fossem.



Nesse sentido, imperiosa a concessão da tutela vindicada, de forma liminar, suspendendo-se a Resolução CIB 288/2013, até provimento final do feito, a fim de que o médico, mesmo quando laborar em plantão de sobreaviso, cumpra o número de plantões equivalentes a sua jornada de trabalho, previsto na Resolução 937/2012, nos termos da tabela abaixo:

| MÉDICOS | |
|----------|---------------------------|
| TABELA I | |
| 90h | 03 (três) plantões de 24h |
| 180h | 06 (seis) plantões de 24h |
| 270h | 09 (nove) plantões de 24h |

Destarte, para evitar prejuízo mais gravoso do que os já suportados, requer a Vossa Excelência, em caráter liminar, a concessão da tutela provisória acima, **para suspender os efeitos da Resolução CIB 288/2013, aplicando-se tão somente a Portaria 937/2012, independentemente de os substituídos realizarem plantões presenciais ou de sobreaviso.**

5. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, alicerçado nos fundamento de fato e direito, requer:

1. Em sede de **LIMINAR**, a concessão da tutela de urgência antecipada, para o fim de **suspender os efeitos da Resolução CIB 288/2013, aplicando-se tão somente a Portaria 937/2012,**



independentemente de os substituídos realizarem plantões presenciais ou de sobreaviso.

2. No **MÉRITO**, confirmada a antecipação da tutela, requer a **declaração incidental de inconstitucionalidade da Resolução CIB 288/2013**, com a consequente **anulação dos atos administrativos nela fundamentados**; devendo a administração pública estadual para o fim de conversão de carga horária em plantões **observar a Portaria 937/2012**; bem como a **reparação do dano material suportado pelos substituídos, com o pagamento das horas extraordinárias laboradas**, a serem apuradas em liquidação de sentença.

3. A **CITAÇÃO** do Réu, para, querendo, apresentar resposta aos termos da presente, sob pena de revelia;

4. Por fim, a consequente condenação do Estado do Tocantins nas despesas processuais incidentes, honorários advocatícios arbitrados por esse emérito Juízo, bem como provar o alegado, por todos os demais meios de provas em Direito permitido.

Estima-se à causa o valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) para efeitos meramente fiscais.

Termos em que,
Pede deferimento.

Palmas/TO, 29 de março de 2017.

Nathalia Marques Leime
OAB/TO nº 4.862

Haynner Asevedo da Silva
OAB/TO 3.977

Deborah Azevedo de Pinho
OAB/TO 6.757



Rol de documentos:

1. Procuração;
2. Ata de posse;
3. Estatuto;
4. Resolução CIB 288/2013;
5. Portaria nº 545/93 (Ministério da Saúde);
6. Regimento Interno da CIB;
7. Fichas dos médicos de Araguaína, extraídas do sistema, comprovando que só está sendo computada metade da carga horária cumprida e sobreaviso;
8. Escalas do Hospital de Referência de Araguaína, na qual consta o dobro de plantões para cada médico, quando cumprido em regime de sobreaviso.
9. Escalas do Hospital de Referência de Gurupi, na qual consta o dobro de plantões para cada médico, quando cumprido em regime de sobreaviso.
10. Portaria 937/2012
11. Pagamento de custas